



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR-GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 4 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2838/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF n° 1.11.000.001433/2015-38).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, ratificando a promoção de arquivamento, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1323/2017.

Interessado: Marcus Paulo da Costa Barros.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DG para informar.

Proc: 1699/2017.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da manifestação do GECOC, lavre-se a portaria necessária. Comunique-se, via e-mail funcional, ao interessado. Em seguida, archive-se.

Proc: 1760/2017.

Interessado: Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Capital.

Assunto: Mandado de Intimação.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1765/2017.

Interessado: Escola Superior do Ministério Público – ESMF.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1768/2017.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1769/2017.

Interessado: Centro Comunitário de Assistência Social Beneficente dos Moradores do Conjunto Prefeito João Sampaio II.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Secretaria do Gabinete.

Proc: 1783/2017.

Interessado: Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital.

Assunto: Requerimento de designação de Promotor de Justiça.

Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 1784/2017.

Interessado: Dra. Maria José Alves da Silva, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 1821/2017.

Interessado: Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Capital/Tribunal do Júri.

Assunto: Requerimento de designação de Promotor de Justiça.

Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 02.2017.00001323-9.
Interessado: Moisés Pereira de Melo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00001339-4.
Interessado: ANDRE RODRIGUES BASTOS.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc. SAJ/CORREGEDORIA nº 10.2016.00000188-2.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 4 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 721/2017.
Interessado: Asplage.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da edição da Portaria PGJ nº 532/2017, retornem os autos à Asplage.

Proc: 1074/2017.
Interessado: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 13, archive-se.

Proc: 1310/2016.
Interessado: Promotoria de Justiça de São Sebastião.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 8, archive-se.

Proc: 1322/2017.
Interessado: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 5, archive-se.

Proc: 1521/2017.
Interessado: Janaína Ribeiro Soares, Diretora de Comunicação desta Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da desistência manifestada à fl. 7, archive-se.

Proc: 1633/2017.
Interessado: Dra. Sandra Malta Prata Lima, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de averbação em ficha funcional.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1650/2017.
Interessado: Dr. Kleber Valadares Coelho Júnior, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Ciente. À DG.

Proc: 1657/2017.
Interessado: Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1683/2017.
Interessado: Dr. Luiz Cláudio Branco Pires, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DPO/DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 1688/2017.
Interessado: 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 1696/2017.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, archive-se.

Proc: 1705/2017.
Interessado: Pedro Henrique Silva dos Santos, Assessor Técnico.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 1722/2017.
Interessado: Dra Maria de Fátima de Carvalho Albuquerque Vilela, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1730/2017.
Interessado: Dr. Cláudio José Brandão Sá, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1736/2017.
Interessado: Maria das Graças Melo Portela, Chefe de Gabinete.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1737/2017.
Interessado: Dra. Adriana Accioly de Lima Vilela, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 1738/2017.
Interessado: Dra. Adriana Accioly de Lima Vilela, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1748/2017.
Interessado: Dr. Adriano Jorge Correia de Barros Lima, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 1753/2017.
Interessado: Bruno Daniel de Lima, Contador do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1755/2017.
Interessado: Dr. Luciano Romero da Matta Monteiro, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

PIC 75/2015 - GECOC.
Interessado: GECOC.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

PIC 79/2015 - GECOC.
Interessado: GECOC.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

PIC 90/2015 - GECOC.
Interessado: GECOC.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 4 de maio de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 576, DE 4 DE MAIO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1699/2017, RESOLVE designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a 4ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, nos Autos nº 0729837-69.2016.8.02.0001, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital, bem como nos feitos judiciais decorrentes. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 577, DE 4 DE MAIO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE excluir da Portaria PGJ nº 80, de 4 de janeiro de 2017, o Dr. FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO, 61º Promotor de Justiça da Capital. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 578, DE 4 DE MAIO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO, 61º Promotor de Justiça da Capital, para, sem prejuízo de suas atuais funções, integrar a Assessoria Técnica do Procurador-Geral de Justiça, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 546, de 28 de abril de 2017. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 579, DE 4 DE MAIO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO, 61º Promotor de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 62ª Promotoria de Justiça da Capital, até ulterior deliberação. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 580, DE 4 DE MAIO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1737/2017, RESOLVE conceder em favor da Dra. ADRIANA ACCIOLY DE LIMA VILELA, 31ª Promotora de Justiça da Capital, portadora do CPF nº 956.640.334-87, matrícula nº 69086, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 747,93 (setecentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Piranhas, nos dias 5, 20 e 26 de abril do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Piranhas, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 343, de 3 de março de 2017, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 581, DE 4 DE MAIO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1683/2017, RESOLVE conceder em favor do Dr. LUIZ CLÁUDIO BRANCO PIRES, 3º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 512.336.227-49, matrícula nº 62872, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 747,93 (setecentos

e quarenta e sete reais e noventa e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Taquarana, nos dias 3, 10 e 17 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Taquarana, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 229, de 11 de março de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

ATO PGJ N. 12/2017

Institui o desconto do auxílio-alimentação quando do pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, altera o anexo II do Ato PGJ nº 6/2011 e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 9º, inciso V e observado o disposto no art. 59, inciso V, ambos da Lei Complementar Estadual n. 15/1996, ao considerar o teor da Resolução CNMP n. 58/2010 e o deliberado pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça nos autos do Proc. Adm. PGJ n. 4374/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Os valores das diárias e meias diárias dos membros e servidores do Ministério Público, para as atividades dentro ou fora do Estado de Alagoas, sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o agente público durante o período.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às diárias e meias diárias relativas a deslocamentos em feriados oficiais, dias de ponto facultativo, recessos forenses e finais de semana.

Art. 2º O desconto previsto no artigo anterior, para cada diária paga, equivalerá a 1/30 do valor mensal do auxílio-alimentação.

Parágrafo único. Na hipótese do pagamento de meia diária, o desconto equivalerá à metade do valor previsto no caput.

Art. 3º O anexo II do Ato PGJ nº 6/2011, passará a conter a conter os termos e valores definidos no anexo I deste ato.

Art. 4º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em 4 de maio de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I

EM ATIVIDADES FORA DO ESTADO

<u>CATEGORIA</u>	<u>VALOR</u>
Diretores	1/40 do valor do subsídio do Promotor de 1ª entrância
Demais servidores	R\$ 330,00

EM ATIVIDADES DENTRO DO ESTADO

<u>CATEGORIA</u>	<u>VALOR</u>
Diretores	1/55 do valor do subsídio do Promotor de 1ª entrância
Demais servidores	R\$ 180,00

ATO DE REMOÇÃO Nº 01/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VI, da Lei Complementar nº15/1996, e tendo em vista o que deliberou, por unanimidade, o Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, através da Resolução CSMP nº 01/2017, resolve REMOVER, pelo critério de merecimento, o Dr. IZADÍLIO VIEIRA DA SILVA FILHO, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, para a 6ª Promotoria de Justiça de Penedo, de igual entrância. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 4 de maio de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Edital nº 2/2017

O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, em razão do deliberado na 12ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada em 4 de maio de 2017, e tendo em vista o contido no Proc. PGJ nº 1801/2017, torna público, para ciência dos senhores Promotores e Procuradores de Justiça, que convoca o processo de formação da lista triplíce para a indicação, pelo Ministério Público de Alagoas, de interessado a concorrer para a composição do Conselho Nacional de Justiça, como previsto no art. 103-B da Constituição Federal, ficando aberto o prazo de 5 (cinco) dias, computado a partir do primeiro dia útil que se seguir a publicação deste, para as inscrições respectivas.
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 4 de maio de 2017.

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Procurador-Geral de Justiça

>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<

AO(S) '04' DIA(S) DO MÊS DE MAIO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0500338-61.2015.8.02.0000
INQUERITO POLICIAL
VICOSA
INVESTIGAD:
F. T. F.
Entrada :27/11/2015 Retirada :27/11/2015
Devolução :04/05/2017 Saidap/ TJ 04/05/2017
(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 27/11/2015
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Conselho Superior do Ministério Público

EXTRATO DA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017

Aos 20 (vinte) dias do mês de abril do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 10:00 horas, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria Geral de Justiça, compareceram, para realização da 10ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, Valter José de Omena Acioly, Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá e Dilmar Lopes Camerino, sob a presidência do primeiro. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Antiógenes Marques de Lira. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente em exercício. Ato contínuo, foi posta à apreciação a ata da 9ª reunião ordinária de 2017, a qual resultou aprovada. Em seguida, passou-se à análise do processo para deliberação em reexame de promoção de arquivamento: 1. PGJ/AL 3394/2016 (ICP nº 01/2016 – 07 volumes). Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Roberto Costa Farias. Assunto: Obras de restauro e requalificação do arcebispo de Maceió (Recurso contra promoção de arquivamento). Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 2. PGJ/AL 5012/2015 (01 anexo). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): Tadeu Fontes dos Santos. Assunto: Denúncia de fato criminoso. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. Proclamado o resultado: Deliberou o CSMP, à unanimidade, seguindo o voto do Ilustre Relator, em não tomar conhecimento do feito, por tratar de matéria criminal, aplicando-se, na hipótese, a norma do Assento nº 03/2016 do CSMP, com a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para os fins de direito. 3. PGJ/AL 3542/2016 (PP nº 03/15, PGJ/AL-

1083/2013 e PGJ/AL-1203/2013). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Interessado(a): Sigiloso. Assunto: Denúncia contra Prefeitura Municipal de Penedo. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 4. PGJ/AL 451/2017 (PA nº 09.2016.00000311-5). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): Auto Posto Anda Luz LTDA. Assunto: Comercialização de combustível em quantidade inferior à indicada na bomba medidora. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 5. PGJ/AL 4441/2016. Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Diogo José Palmeira Acioly. Assunto: Queixa de más condições do trabalho contra a Secretaria Municipal de Saúde. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. O Senhor Presidente, pela ordem, verificando que os itens de 6 a 10 da ordem do dia, da relatória do Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba, são processos idênticos, e, após consultar o colegiado, deliberou pelo julgamento em bloco. 6. PGJ/AL 4535/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. 7. PGJ/AL 4775/2016. Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. 8. PGJ/AL 534/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. 9. PGJ/AL 533/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. 10. PGJ/AL 532/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. Proclamado o resultado: O CSMP, por unanimidade, referendou os declínios de atribuições objetos dos autos, nos termos dos votos do Relator. 11. Processo Administrativo nº 68/2014 (cópia do PA nº 1690/2014). Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Recomendações emanadas do CNJ para melhorias no sistema de execução penal do Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 12. PGJ/AL-939/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): Banco Santander (Amália Del Carmen Sanguenza Pardo, Superintendente de Sustentabilidade). Assunto: Fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso pelo município de Coruripe em 2015. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. O Senhor Presidente, pela ordem, verificando que os itens de 13 a 24 da ordem do dia são da relatória do Conselheiro Antiógenes Marques de Lira, o qual encontra-se ausente, retirou-os de pauta para incluí-los na pauta da reunião vindoura. 25. PGJ/AL 250/2017 (Apenso ICP nº 017/2012). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): Consumidores. Assunto: Inobservância da lei de incorporações imobiliárias (Construtora Delman). Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. O Senhor Presidente, pela ordem, verificando que os itens de 26 a 28 da ordem do dia, da relatória do Conselheiro Dilmar Lopes Camerino, são processos idênticos, e, após consultar o colegiado, deliberou pelo julgamento em bloco. 26 PGJ/AL 519/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino. 27. PGJ/AL 495/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino. 28. PGJ/AL 493/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino. Proclamado o resultado: O CSMP, por unanimidade, referendou os declínios de atribuições objetos dos autos, nos termos dos votos do Relator. 29. PGJ/AL 39/2017 (Apenso Proc. Adm. nº 71/10 – 02 volumes). Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Comunidade da Grota de Ouro Preto. Assunto: Habitações. Relator: Valter José de Omena Acioly. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 30. PGJ/AL 421/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Cond. do Edifício Grajaú. Assunto: Solicitação de poda de árvore. Relator: Valter José de Omena Acioly. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 31. PGJ/AL 287/2017 (Apenso ICP nº 016/2012 – 2 volumes). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): Consumidores. Assunto: Furto de veículos em estacionamento de supermercados. Relator: Valter José de Omena Acioly. Proclamando o

resultado: O CSMP, à unanimidade, não tomou conhecimento da matéria, remetendo os autos à Promotoria de Justiça de origem, ressaltando o excelente trabalho realizado pelo Promotor de Justiça. 32. PGJ/AL 1281/2010. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Maria Vanderleia Gadi. Assunto: Terreno abandonado – depósito de lixo. Relator: Valter José de Omena Acioly. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 33. PGJ/AL 3773/2016. Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Falta de estrutura no 25º Distrito Policial. Relator: Valter José de Omena Acioly. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 34. PGJ/AL 5771/2015 (PP nº 04/2016 e PCFPE nº 02/2016, anexo 02 caixas verdes de arquivos). Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Anônimo. Assunto: Supostas irregularidades na Secretaria de Estado de Prevenção Social à Violência do Estado de Alagoas, no Instituto Nordestino e no Projeto Acolher Alagoas. Relator: Valter José de Omena Acioly. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. O Senhor Presidente, pela ordem, verificando que os itens de 35 e 36 da ordem do dia, da relatória do Conselheiro Valter José de Omena Acioly, são processos idênticos, e, após consultar o colegiado, deliberou pelo julgamento em bloco. 35. PGJ/AL 531/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Valter José de Omena Acioly. 36. PGJ/AL 530/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Valter José de Omena Acioly. Proclamando o resultado: O CSMP, por unanimidade, referendou os declínios de atribuições objetos dos autos, nos termos dos votos do Relator. 37. PGJ/AL-518/2017 (Apenso Procedimento Preparatório nº 09/2016). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Vereador Marcelo Gouveia. Ministério Público. Assunto: Poluição Sonora. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 38. PGJ/AL-472/2017 (Apenso PP de ICP nº 0 4/2012). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Anônimo. Assunto: destinação inapropriada de lixo hospitalar. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 39. PGJ/AL-476/2017 (Ref. PGJ/AL-3286/2015 e NF-27/2015). Origem: 25ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Carlos Alberto Bicalho Porto. Assunto: supostas perseguições e desrespeito. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamando o resultado: O CSMP homologou a promoção de arquivamento, e, ao mesmo tempo, determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça da Saúde da Capital, sugerindo adoção das medidas pertinentes à saúde. 40. PGJ/AL-253/2017 (Apenso ICP nº 014/2012 – 03 volumes). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): Associação de Defesa do Consumidor. Assunto: Exigência de caução no atendimento de urgência/emergência. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 41. PGJ/AL-632/2017 (Apenso PGJ/AL 2292/2216 - PP de IC nº 04/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): Conselho Regional de Farmácia do Estado de Alagoas. Assunto: Existência de farmácias irregulares no município de Coruripe. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 42. PGJ/AL-249/2017 (Apenso ICP nº 04/2014). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): Sindicato das Industrias de Engarrafamento de Água Mineral e Alagoas – SINDÁGUA/AL. Assunto: Comercialização de água mineral envasada. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 43. PGJ/AL-128/2017 (Proc. SAJ MP nº 06.0000204-9). Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): IMA/AL. Assunto: Lançamento irregular de efluentes. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamando o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. O Senhor Presidente, pela ordem, verificando que os itens de 44 a 46 da ordem do dia, da relatória do Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá, são processos idênticos, e, após consultar o colegiado, deliberou pelo julgamento em bloco. 44. PGJ/AL 511/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. 45. PGJ/AL 508/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. 46. PGJ/AL 500/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: O CSMP, por unanimidade, referendou os declínios de atribuições objetos dos autos, nos termos dos votos do Relator. Na fase de comunicações, o Conselheiro Dilmar Lopes Camerino pediu a palavra para sugerir ao Senhor Presidente que fosse providenciado um ementário dos votos já proferidos pelos senhores conselheiros, o que facilitará quando da apresentação das futuras manifestações neste colegiado, o que foi acolhido pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros, ficando a Secretaria do CSMP de providenciar o deliberado

pelo colegiado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Promotor de Justiça e Secretário, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim, pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Conselheiro ALFREDO GASPARD DE MENDONÇA NETO – Presidente

Conselheiro LUIZ BARBOSA CANAÚBA

Conselheiro GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

Conselheiro DILMAR LOPES CAMERINO

Conselheiro VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONSELHO SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

RESOLUÇÃO CSMP Nº 01/2017

Aprova, por unanimidade, o pedido de remoção, pelo critério de merecimento, do Promotor de Justiça Izadílio Vieira da Silva Filho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Penedo, para a 6ª Promotoria de Justiça de Penedo, ambas de 3ª entrância.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, em sua 12ª Reunião Ordinária do ano de 2017, realizada no dia 04 de maio de 2017, fulcrado no artigo 14, inciso IV, da Lei Complementar estadual nº 15/1996, RESOLVE, por unanimidade, aprovar o pedido de remoção, pelo critério de merecimento, do Promotor de Justiça Izadílio Vieira da Silva Filho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Penedo, para a 6ª Promotoria de Justiça de Penedo, ambas de 3ª entrância.

Sala dos Órgãos Colegiados, em 04 de maio de 2017.

ALFREDO GASPARD DE MENDONÇA NETO
Presidente (Procurador-Geral)

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
Conselheiro

DILMAR LOPES CAMERINO
Conselheiro

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Conselheiro

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
Conselheiro

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO
Promotor de Justiça / Secretário do CSMP

Promotorias de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL # DEFESA DO CONSUMIDOR

AUTOS Nº 01.2016.00002398-8
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DO ESTADO DE ALAGOAS
ASSUNTO: OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE ANOTAÇÃO, TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DE RELATÓRIOS DO DETRAN/AL (VIDEOMONITORAMENTO DE AULAS PRÁTICAS)

DESPACHO: Diante do exposto, ausente justa causa para iniciar investigação nesta Promotoria de Justiça, porquanto a inexistência de lesão a direito do consumidor, deixo de converter o presente procedimento em PP ou ICP, razão pela qual determino o seu arquivamento. Quanto a suposta ingerência do SINDCFCAL com o DETRAN/AL na contratação da empresa VSOFIT, tramita na 19ª Promotoria de Justiça da Capital/Fazenda Estadual a Notícia de Fato nº 09/2017, cuja Promotoria possui atribuições para tal. Cientifique-se o DETRAN/AL e a Associação representante. Maceió, quarta-feira, 15 de março de 2017. MÁRIO AUGUSTO SOARES MARTINS PROMOTOR DE JUSTIÇA

AUTOS: 01.2016.00001387-9

INTERESSADO: CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE MACEIÓ

ASSUNTO: IMPLANTAÇÃO DE SIMULADOR DE DIREÇÃO VEICULAR

DESPACHO: Diante do exposto, ausente justa causa para iniciar investigação nesta Promotoria de Justiça, porquanto a inexistência de lesão a direito do consumidor, deixo de converter a Notícia de Fato em PP ou ICP. Quanto ao fato de irregularidade na licitação das empresas de simuladores de direção veicular, remeta-se cópia dos presentes autos à Coordenação das Promotorias da Fazenda Pública Estadual para as providências que entender necessárias. Cientifique-se o interessado. Baixas necessárias. Publique-se. Maceió, segunda-feira, 20 de março de 2017 Mário Augusto Soares Martins Promotor de Justiça

06.2017.00000150-0

PORTARIA nº 0007/2017

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL, na pessoa do Promotor de Justiça abaixo firmado, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), e 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93):

CONSIDERANDO que as normas do Código de Defesa do Consumidor são de ordem pública e interesse social, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal n. 8.078/90;

CONSIDERANDO que dentre as atribuições outorgadas ao Ministério Público pela Constituição Federal, destaca-se a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público, conferida pela Lei nº. 7.347/85, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 8.078/90, para instaurar Inquérito Civil e deflagrar Ação Civil Pública, visando a proteção e defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

CONSIDERANDO representação do Ministério da Fazenda acerca da limitação do credenciamento de Centros de Formação de Condutores no Estado de Alagoas à limitar a ampla concorrência em prejuízo a oferta de serviços ao consumidor;

CONSIDERANDO o esgotamento do prazo de 30 (trinta) dias concedidos à Notícia de Fato, necessitando ainda de outras providências;

RESOLVE,

CONVERTER a NOTÍCIA DE FATO nº 01.2016.00001304-6 em PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), visando futuras e eventuais providências na defesa do interesse difuso e coletivo em testilha, razão pela qual, DETERMINA, de imediato as seguintes providências:

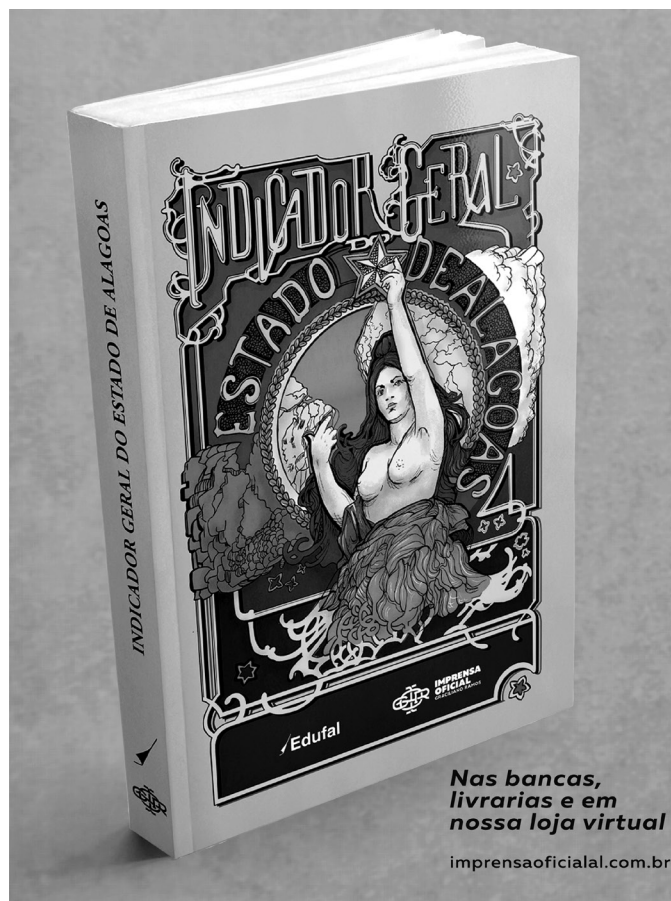
I. Autuação e registro da presente portaria nos livros respectivos, efetuando-se as anotações exigidas no art. 1º, §§ 5º e 6º da Resolução nº 01/96 do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

II. Expedição de ofício, ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça - Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, encaminhando-lhe cópia da presente portaria, solicitando, ademais, a publicação desta no Diário Oficial do Estado;

III. Eventuais coleta de documentos, certidões, perícias, inspeções e demais diligências para melhor instruir o procedimento em curso.

Maceió/AL, 21 de fevereiro de 2017.

MÁRIO AUGUSTO SOARES MARTINS
Promotor de Justiça



Nas bancas,
livrarias e em
nossa loja virtual

imprensaoficialal.com.br

CÁPSULA DO TEMPO
1902-2017

Saiba como era a Alagoas no começo do século 20. A Imprensa Oficial Graciliano Ramos, em parceria com a Edufal, resgata esta obra organizada pelo célebre historiador Craveiro Costa. Pioneiro no formato, o livro reúne informações sobre o perfil sócioeconômico e cultural do estado 115 anos atrás.

IMPRESA OFICIAL
Graciliano Ramos
Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio

ALAGOAS

Edufal